

----- ATA Nº 03/2019 -----

RELATIVA À SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA, DO CORRENTE ANO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE -----

----- Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um -----

No dia vinte e nove de abril de dois mil e dezassete, em Benavente, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-se a segunda sessão ordinária, do corrente ano, relativa ao quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, da Assembleia Municipal de Benavente, com a seguinte Ordem do Dia: -----

PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2018 – Apreciação e votação, nos termos da alínea I), do número dois do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro; -----

PONTO 2 – INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONSTITUTIVOS DO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018 – Apreciação, nos termos da alínea I), do número dois do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro; ----

PONTO 3 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019 – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a), do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro; -----

PONTO 4 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento; -----

PONTO 5 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. ----

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: Irina Nöel Matias Batista, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Primeira Secretária da Mesa, Maria

Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, Segunda Secretária da Mesa, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Mário Jorge Campos Pereira, Domingos Manuel Marques David Pereira, Manuel Luís Gutierrez de Matos, Maria Lucinda de Sousa Martins, Vítor Manuel Charneca Parreirinha, António Paulo Ramos dos Reis e Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, em representação da CDU-Coligação Democrática Unitária, Luís Fernando Rato Ferreira Raposo, Tomás Francisco Abreu Guedea Melo Correia, Maria Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias, Nuno Miguel Martins Pires, Fernando Paulo Carvalheira de Almeida, Célia de Jesus Correia Semeano Fernandes e Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, em representação do PS-Partido Socialista, Dora Isabel Lúcio Morgado, José Eduardo de Melo Relvas Ramalho e Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, em representação do PSD-Partido Social Democrata. -----

Justificaram as ausências os eleitos Cristina Maria de Carvalho Borges Branco, do Grupo Municipal do PS, substituída por Esmeralda Malico Salvador e Augusto José Ferreira Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, substituído por Eva Oliveira Teles. Igualmente, justificaram as ausências os eleitos Filipe Serrano de Oliveira e Lina Maria de Moura Ferreira do Norte, ambos eleitos pelo PSD, que não foram substituídos. -----

Marcaram, ainda, presença o senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho, assim como os senhores vereadores, Domingos Manuel Sousa dos Santos, Hélio Manuel Faria Justino e Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro Vale, eleitos pela CDU, Pedro Nuno Simões Pereira e Florbela Alemão Parracho, ambos eleitos pelo PS e Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, eleito pelo PSD. -----

Confirmada a existência de quórum, **a senhora Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas vinte horas e quarenta e dois minutos, com a presença de vinte e três eleitos. Saudou todos os presentes e deu início aos trabalhos da sessão com o PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, não tendo havido inscrições. -----

Seguiu-se o PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Fez referência aos documentos inseridos nas pastas dos eleitos: -----

Primeiro: Deliberações da Câmara Municipal, tomadas em reunião ordinária realizada no dia 18 de abril de 2019, correspondentes aos pontos 1, 2 e 3 da Ordem do Dia; -----

Segundo: Documento da Certificação Legal das Contas do Município, Relatório e Parecer do ROC-Revisor Oficial de Contas, relativos ao exercício de 2018; -----

Terceiro: Convite da Câmara Municipal de Benavente e da Ecoléziria para as sessões participativas, a realizar no âmbito do Projeto “Recolha Seletiva Porta a Porta” de Materiais

Recicláveis e de Lixo Orgânico, a decorrerem em Benavente, a 4 de maio, às 16 horas, no foyer do cineteatro e em Samora Correia, dia 11 de maio, à mesma hora, no auditório do Palácio do Infantado; -----

Quarto: Convite da Câmara Municipal de Benavente para a apresentação pública do 3º Festival do Arroz Carolino das Lezírias Ribatejanas, a ter lugar no dia 6 de maio, às 18.00 horas, no foyer do cineteatro de Benavente. -----

Resumiu a **correspondência recebida** desde a última sessão da Assembleia Municipal, tendo-a colocado à disposição dos eleitos, para eventual consulta. -----

Seguiu-se a apreciação e votação do **projeto de ata número dois barra dois mil e dezanove**, correspondente à primeira sessão ordinária, do corrente ano, realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove. -----

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída, atempadamente, a todos os eleitos. -----

Não houve inscrições para a discussão do projeto de ata, pelo que, de imediato, se passou à sua votação, **tendo sido aprovada por unanimidade**, incluindo as alterações apresentadas pelos eleitos **Carlos Pauleta** e **Leonor Dias**, das quais se deu conhecimento prévio aos restantes eleitos. -----

Passou-se ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS ELEITOS MUNICIPAIS, para o qual se inscreveram os seguintes eleitos: **Inês Correia, Dora Morgado, Tomás Correia, Paulo Reis, Domingos David, Carlos Pauleta e Nuno Pires**. -----

A eleita **Inês Correia** pronunciou-se sobre as comemorações do **“Mês de Abril-Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância”**, declarando o seguinte: “Trata-se de uma problemática que une várias entidades na campanha de alerta para a prevenção dos maus tratos, a que muitas crianças e jovens, ainda, são sujeitos. Sob o lema “Serei o que me deres, que seja amor”, como poderemos visualizar nas t-shirt das senhoras eleitas que compõem a Mesa da Assembleia Municipal, esta campanha tem como objetivo alargar a intervenção sobre este problema a outras áreas da sociedade e realçar o alerta de que os maus tratos existem e que os mesmos têm de acabar. -----

Sendo a proteção das crianças, responsabilidade de toda a sociedade, pretende-se com esta sensibilização, consciencializar a comunidade para a importância da prevenção dos maus tratos na infância, através do fortalecimento das famílias no sentido de uma parentalidade positiva e, ainda, do fundamental envolvimento de toda a comunidade. -----

Neste âmbito do Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, decorrem atividades em todo o País e, também, no nosso concelho, dirigidas quer às crianças e jovens, quer aos técnicos, famílias, educadores, professores e sociedade em geral. -----

Nesta sensibilização e iniciativas, estão envolvidas, como não poderia deixar de ser, a Câmara Municipal de Benavente, as Juntas de Freguesia do nosso concelho, os Agrupamentos de Escolas, a Guarda Nacional Republicana, as diversas instituições particulares de solidariedade social do nosso concelho, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Benavente e a Comissão Nacional. Entidades, estas, que saúdo pelo trabalho que desenvolvem ao longo de cada ano. Fica o convite dirigido a todos vós e a quem puder participar numa iniciativa que irá ter lugar, amanhã, no Parque 25 de Abril, em Benavente, e em Samora Correia, em frente ao Palácio do Infantado, designada de “Laço Humano”, conjuntamente com as crianças das nossas escolas, pelo que se puderem estar presentes, serão todos bem-vindos. Muito obrigado!” -----

Seguiu-se a intervenção da eleita **Dora Morgado**, focando-se nos seguintes temas: o **primeiro**, foi um reparo sobre a **falta de sinalética identificativa da Escola Básica de Porto Alto**, assunto a que já se tinha reportado, anteriormente, em várias sessões da Assembleia Municipal. Na altura, o senhor Presidente da Câmara Municipal transmitiu que o processo de aquisição das respetivas placas estaria a ser ultimado, aguardando-se, para breve, a sua colocação. Comprovou que, pelo lado da estrada Real, tinha sido colocada uma placa informativa, contudo, para quem se desloque do lado da rotunda do Porto Alto, essa informação continua a ser nula, relembrando as dificuldades de acesso ao local para quem não conhece a zona. Interrogou o Executivo acerca da demora na regularização do caso apontado. -----

O **segundo** tema incidiu sobre a **cedência de transporte municipal** aos alunos dos 2º e 3º ciclos das Escolas de Benavente e de Samora Correia. Mesmo ciente de que a gestão dessas escolas, bem como a do ensino secundário, não se incluem na área de competências do Executivo, realçou, no entanto, que esse apoio tem sido uma realidade constante, apesar de reconhecer as dificuldades que existem ao nível da disponibilidade de viaturas. -----

Contudo, não deixou de lamentar um episódio ocorrido recentemente, a propósito de uma prova regional no âmbito de um concurso organizado por uma editora, denominado “literacia digital 3Di”, que teve lugar na Escola Ginestal Machado, em Santarém, para a qual tinham sido apurados alunos dos dois Agrupamentos de Escolas de Benavente e de Samora Correia. -----

Argumentou que o pedido foi feito com bastante antecedência pela entidade promotora, mas, mesmo com todas as diligências efetuadas nesse sentido, não foi possível obter o desejado transporte. Em alternativa, conseguiu-se o apoio da Junta de Freguesia de Samora Correia e do movimento associativo, concretamente da ADCB-Associação Desportiva e Cultural de Benavente. -----

Sugeriu que, de futuro, a Câmara Municipal incuta uma maior agilização na calendarização dos transportes, já que, da parte dos Agrupamentos, existe a preocupação de os solicitar com a devida antecedência. -----

Quanto à **terceira** e última questão, reportou-se ao “**Programa de Apoio à Redução Tarifária**” que engloba, entre outras, a Área Metropolitana de Lisboa e as Comunidades Intermunicipais. Considerou a medida de redução “bastante positiva” que irá auxiliar em muito as famílias. Lastimou, no entanto, que o sucesso das negociações alcançado com o designado “passe social único de 40,00 euros” não tivesse sido extensivo ao Município de Benavente. -----

Sendo o Município de Benavente, aquele que se encontra localizado mais perto de Lisboa, conseguiu, apenas, alcançar as reduções de 35% de desconto nos passes mensais rodoviários e de 30% nos passes mensais ferroviários, ao contrário dos habitantes de Vila Franca de Xira, que terão uma redução de maior valor, face a uma distância de, apenas, cerca de 10 Kms do limite do Município de Benavente, via Porto Alto. -----

Pelo exposto, propôs que o Executivo exerça uma maior pressão junto das entidades responsáveis, para que a medida seja revista, de forma a que a grande quantidade de cidadãos do Município, que se desloca diariamente para a Área Metropolitana de Lisboa, possa usufruir das melhores condições oferecidas pelo novo passe. -----

Na sua intervenção, o eleito **Tomás Correia** repetiu o tema do novo passe social designado de “Navegante”. À semelhança da eleita Dora Morgado, reconhece que Benavente não faz parte do conjunto de Municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa. Todavia, não o deixa de surpreender que outros Municípios, como Mafra, Palmela ou Setúbal, tenham acesso ao novo passe, distando mais quilómetros do centro de Lisboa do que Benavente (Porto Alto), com a “agravante” destes Municípios disporem de duas alternativas em termos de transportes, o rodoviário e o ferroviário, ao contrário de Benavente, cingindo-se, apenas, ao primeiro. -----

Paralelamente, viu com agrado que se tivesse conseguido a redução de 35% nos passes das viagens efetuadas pelos operadores, Rodoviária do Tejo e Ribatejana, com efeitos a partir de maio próximo, onde se inclui o Município de Benavente. Questionou o Executivo quanto à iniciativa desta última medida, se foi por pressão do Município, da CIMLT ou da própria transportadora. -----

O eleito **Paulo Reis** abordou a área da Educação, tendo afirmado o seguinte: -----

“A intervenção atabalhoada, avulsa e em cima do joelho na área da educação, com a participação mesmo de uma Secretária de Estado, vem confirmar o que já se tinha escrito sobre o modo de estar na política dos eleitos locais e, desta feita, também, governamentais do PS. ---

Contrariamente ao que tinha sido anunciado com foguetório, a Escola Duarte Lopes de Benavente não foi pintada nem o amianto retirado nas férias da Páscoa. Pelos vistos, a vida

impôs o bom senso de não se iniciar uma intervenção complexa, que carece de mais tempo para ser realizada em segurança e com eficácia. -----

Também, contrariamente, ao que havia sido prometido, as escolas do Município continuam a debater-se com falta de pessoal auxiliar, suficiente para satisfazer cabalmente com as necessidades quotidianas e para cumprir com a Circular remetida após a sua visita ao Município.

Nem pessoal auxiliar suficiente nem edificação de instalações apropriadas para a disciplina de Educação Física, impossibilitando, assim, que os alunos adquiram autonomia e pratiquem os exercícios programados nessa disciplina. -----

Esta forma de trabalhar, desintegrada, apressada, “em cima do joelho” do PS local e nacional só traz prejuízos às populações, não resolve os problemas onde intervêm e cria novos problemas às famílias. -----

Todas as intervenções no meio escolar são possíveis, como a CDU tem feito, de forma séria e responsável, se se trabalhar em coletivo com todos os intervenientes nos Órgãos municipais próprios, tal como o Conselho Municipal de Educação. -----

Em face do exposto, solicito ao senhor Presidente da Câmara que nos informe sobre o ponto da situação das diligências que, desde há muito, vem fazendo junto da tutela para que a Escola Duarte Lopes seja reabilitada, dotadas dos meios humanos e físicos adequados para cumprir com a sua nobre missão de Ensinar. ”-----

O eleito **Domingos David** fez uma “saudação ao 45º aniversário da Revolução de Abril”, tendo declarado o seguinte: “A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional. O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo herói do levantamento militar do Movimento das Forças Armadas-MFA- logo seguido de um levantamento popular, transformou, profundamente, toda a realidade nacional, culminando uma longa e heroica luta, que pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas. Restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos e impulsionou transformações económicas e sociais. Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais, ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e do fortalecimento dos serviços públicos, para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista, que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. -----

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas, após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais, com uma importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem, em larga medida, as suas competências. -----

As comemorações da Revolução de Abril, tal como as do 1º de Maio, devem ser momentos para afirmar a necessidade de uma política, que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e de luta contra os que querem ajustar contas com “Abril”, agredindo a Democracia, a Liberdade, a Paz e o Desenvolvimento de Portugal. Deve ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa do trabalho, com direitos, dos valores de abril e da Constituição da República.” -----

O eleito **Carlos Pauleta** iniciou a sua intervenção, referindo-se à **reparação do pavimento da EN 10, na rotunda do Porto Alto**, obra que vinha reclamando desde há algum tempo atrás. Sublinhou o facto de os trabalhos terem decorrido no dia feriado do “25 de Abril”, permitindo, por um lado, que acontecessem de forma menos stressante, sem o movimento normal dos dias de semana, mas, por outro lado, não deixou de reparar terem sido efetuados num dia “carregado” de simbolismo, como é o “25 de Abril”. -----

Aproveitando o movimento das máquinas e viaturas no local, pensou que a obra se pudesse estender ao troço da **EN 118, entre Samora Correia e Benavente**, que se encontra num “estado lastimoso”, o que não sucedeu. Reiterou os problemas existentes, que não resultam apenas do intenso tráfego que dificulta a circulação, mas, também, das péssimas condições de manutenção do seu piso, as quais, na sua opinião, deveriam merecer outra atenção por parte dos responsáveis da IP. Nesse sentido, recomendou à Câmara Municipal que tome uma posição reivindicativa clara e frontal, junto daquela entidade, pressionando-a a resolver uma situação que se arrasta há muito tempo e que, a continuar, irá criar problemas ao nível do crescimento e do desenvolvimento do Município, por se tornar cada vez mais difícil transitar nas estradas que o servem, constringindo, desta forma, o futuro das populações. -----

A propósito da iniciativa conjunta da Câmara Municipal e da Ecolezíria - apresentação pública da **campanha de recolha seletiva “porta a porta”** -, o eleito **Carlos Pauleta** argumentou a favor da implementação deste sistema, por o considerar um modo positivo de resolver muitas das dificuldades que se se colocam na área dos resíduos. Em anteriores intervenções, tinha tido a oportunidade de defender esta solução, por, entre outros motivos, responsabilizar

individualmente cada um dos munícipes produtor de resíduos. Desconhecendo, ainda, certos aspetos associados ao projeto, nomeadamente novos circuitos de recolha, novos equipamentos, calendarização no terreno, etc...., solicitou que o Executivo disponibilizasse informação mais detalhada sobre o assunto. -----

Continuando no mesmo tema, o eleito alertou a Câmara Municipal para a necessidade de ser desenvolvida uma **campanha de sensibilização junto de alguns produtores de resíduos**, principalmente os que estão ligados ao **setor da restauração**. Por aquilo que se apercebe, em mais do que um local onde existem serviços de restauração, a forma como se encontram os respetivos contentores transmitem uma má imagem aos munícipes, quer pela quantidade de resíduos depositados no contentor, quer pelo modo como o fazem, não fazendo sequer a seleção dos lixos, muitas das vezes com os contentores seletivos colocados mesmo ao lado dos outros. Razão pela qual, considera premente avançar-se com esta campanha, com o objetivo dos próprios proprietários compreenderem a necessidade de ser dado um tratamento correto e seletivo aos resíduos. -----

Por último, interveio o eleito **Nuno Pires**. A sua exposição dividiu-se em dois temas: o **primeiro** foi de saudação à iniciativa do Governo do PS de **reduzir o tarifário dos passes sociais** para 2019, assim como de ter concluído, com sucesso, as negociações com a CIMLT. Nesse âmbito, reconheceu o esforço desenvolvido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal para que o Município de Benavente conseguisse beneficiar de algum desse apoio, ficando abrangido com 35% de desconto nos passes mensais dos autocarros. Em contrapartida, mostrou-se surpreso pela atitude tomada, tanto pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Benavente como pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, ambos representantes da CDU, de votarem contra, em sede da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, ao acesso a **apoios comunitários** nesta área. Observou que a própria Comunidade, no atual Quadro Comunitário de Apoio, gere cerca de 40 milhões de euros e no anterior geriu cerca de 70 milhões de euros. Face à posição tomada, questionou se o senhor Presidente da Câmara Municipal achava que a CIMLT “geria mal o dinheiro” ou se considerava escasso o valor da verba a atribuir, optando por avançar de forma isolada, com o objetivo de tentar obter mais apoios para a prossecução dos projetos que pretende vir a desenvolver. -----

O **segundo** tema incidiu sobre o funcionamento do Departamento de Obras Particulares, concretamente em relação à **demora verificada na consulta aos respetivos processos**. Especificou que, com a entrada em vigor da nova Lei de Proteção de Dados, foram implementadas normas de acesso aos documentos processuais, as quais, na prática, têm levado a que seja necessário cerca de uma semana para aceder aos mesmos, quando, anteriormente, esse procedimento era feito “na hora”. Interpelou o Executivo quanto à veracidade do relatado.

Terminadas as intervenções, **o senhor Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões suscitadas pelos eleitos. -----

Em relação à **sinalética identificativa da Escola Básica de Porto Alto**, **o senhor Presidente da Câmara Municipal** respondeu à eleita **Dora Morgado**, informando que, por norma, costuma verificar, no terreno, aquilo que é a ação da Câmara Municipal, tendo reconhecido que, desta vez, não o fez. Daquilo que tem conhecimento, as placas já foram colocadas, no entanto, pela indicação da eleita, tudo leva a crer que se trata de uma medida insuficientemente aplicada, pelo que, garantiu, irá mandar avaliar a situação, com o objetivo de ser corrigida. -----

Quanto à questão levantada sobre a **cedência do transporte municipal**, explicou que os meios de transporte da Câmara Municipal estão afetos, integralmente, às escolas e às IPSS, durante os dias úteis da semana, havendo, atualmente, apenas um autocarro disponível, para o efeito. ----

No início de cada ano letivo, é feito um planeamento atempado dos transportes municipais, sendo priorizado aquilo que são as competências da Câmara Municipal nesta área (pré-escolar e 1º ciclo), daí resultando um calendário de utilização que, até agora, tem decorrido normalmente. Quando existe disponibilidade de datas, a viatura tem sido cedida à EB 2,3 de Samora Correia. -----

Relativamente a outros meios de transporte, além do autocarro, assinalou que a Câmara Municipal dispõe de cinco “carrinhas” de nove lugares, afetas, também, ao transporte escolar, circulando, diariamente, nos circuitos escolares. Daquilo que tem conhecimento, os serviços tentaram proporcionar a cedência dessas carrinhas para a deslocação pretendida, compatibilizando-a com a obrigação do cumprimento dos horários dos circuitos escolares, o que se revelou impossível. Concluiu não ter sido por má vontade da Câmara Municipal, mas, sim, por manifesta falta de meios que a cedência não se concretizou. No entanto, congratulou-se por ter sido encontrada uma solução alternativa, através dos meios locais (Junta de Freguesia de Samora Correia e ADCB-Benavente). -----

Relativamente às questões colocadas no âmbito do **PART-Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos**, fez questão de salientar que considera a medida “extraordinária”. Sendo uma medida há muito reclamada, nenhum Governo, até agora, tinha tido a coragem de a implementar. Além de bastante positiva, em termos sociais, por facilitar o acesso dos cidadãos ao transporte público, também considera esta iniciativa “amiga do ambiente”, por promover a redução da circulação de viaturas particulares, incentivando o uso do transporte coletivo. Valores, face aos quais, crê que ninguém poderá pôr em causa, tão pouco, o mérito da ação. -----

Explicou que o processo foi debatido ao nível das Comunidades Intermunicipais e, em Lisboa e Porto, ao nível das respetivas Áreas Metropolitanas, tendo sido, na sua fase inicial, limitado,

apenas, a estas duas Áreas. Foi através da pressão exercida pelos Partidos Políticos que apoiam o Governo, nomeadamente o PCP, que se conseguiu obter uma maior abrangência da medida, tornando possível o seu alargamento a todo o País. -----

No entanto, não querendo pôr em causa os méritos da iniciativa, é aos representantes do Poder Local que compete lutar pelo alcance necessário da medida, para que todos tenham acesso aos transportes públicos, em igualdade de circunstâncias. Nesse sentido, se por um lado há que perceber a realidade das Áreas Metropolitanas, em termos de dimensão, de concentração e de movimento de cidadãos, comparativamente a outras Regiões, como a da Lezíria do Tejo, por outro lado, também lhe é difícil aceitar que, para a AML, sejam afetados pelo Governo cerca de 73 milhões de euros, provenientes do Fundo Ambiental. Fundo, para o qual contribuíram todos os cidadãos, tal como acontece, quer com o pagamento da TGR-Taxa de Gestão de Resíduos, quer com o fornecimento de água para abastecimento público, sendo essa a receita que está a ser aplicada para este fim. Comparativamente aos “milhões” canalizados para a AML, será apenas disponibilizado um milhão de euros para os cerca de 250 mil habitantes da CIMLT. -----

Reiterou que, em número de habitantes, não existe comparação entre as duas zonas, no entanto, na sua opinião, este tipo de medidas deveria proporcionar tratamento com equidade entre as pessoas. Do ponto de vista político, é este o trabalho que os autarcas têm pela frente, de modo a serem tomadas as melhores decisões, no sentido de todos serem tratados de igual modo, na base de uma correta coesão territorial. Tem plena consciência de que existem, ainda, “muitos caminhos a percorrer”, convicto de que o percurso seguinte será o de lutar e de reivindicar pela maior abrangência de uma medida, que considera “irreversível”, dada a sua grandeza em termos de resultados sociais. -----

Concretamente, em relação ao Município de Benavente e à pouca distância que dista de Vila Franca de Xira, concorda que o valor do custo do passe rodoviário, na ligação para Lisboa, tenha um valor próximo do praticado na AML. Todavia, observou que, a partir do mês de maio, os municípios podem utilizar o transporte da “Ribatejana” até Vila Franca de Xira, com uma redução de 35% do valor do passe atual e, a partir daí até Lisboa, com a aquisição do “Navegante”, que tem o custo de 40,00 euros. Exemplificou que esses 35% significam, para quem se desloque de Benavente para Lisboa na “Ribatejana” (passe combinado), cerca de 60,00 euros de desconto. Mesmo com estes bons resultados, reafirmou a sua ambição de continuar a lutar para beneficiar os municípios de melhores condições. -----

Quanto à questão colocada pelo eleito **Paulo Reis**, acerca das **obras na Escola Duarte Lopes**, em Benavente, percebeu, desde logo, que a intervenção prevista para o período de férias da Páscoa se revelava muito apertada. Dos contactos mantidos com a DGESTE, teve a oportunidade de transmitir essa preocupação ao Ministério, parecendo-lhe mais ajustado que se efetivem durante a interrupção letiva do Verão. Nesse sentido, a própria DGESTE já lhe confirmou que o

lançamento das obras está a ser preparado para serem executadas nessa altura, com a remoção do fibrocimento e a pintura exterior do edifício. -----

Em relação aos temas abordados pelo eleito **Carlos Pauleta, o senhor Presidente da Câmara Municipal** congratulou-se pelo facto da obra de **reparação do pavimento da rotunda do Porto Alto**, ter sido, finalmente, concretizada, depois de, insistentemente, reclamada desde há um ano atrás. -----

No que concerne ao **troço urbano de Samora Correia (EN 118)** e daquilo que tem sido o diálogo mantido com a IP, divulgou que o mesmo será objeto de repavimentação entre os meses de maio e junho, a exemplo do que aconteceu com o de Benavente, há cerca de dois anos atrás. --

No âmbito das ações da Ecolozíria, a que se referiu, clarificou que a intervenção de **recolha “porta a porta”**, incidirá, nesta fase inicial, nos resíduos orgânicos, as embalagens e o cartão. Tem consciência das dificuldades que se colocam na implementação de uma medida deste tipo, no entanto, acredita que “vale a pena” o investimento a fazer, constituindo, para si, um passo muito importante e uma oportunidade de melhoria, não só na sua vertente de ação de serviço à comunidade, como na sua dimensão pedagógica. -----

Detalhou que, numa primeira fase, o projeto irá acontecer em Benavente e Samora Correia em áreas, ainda, por definir. Foi programado um trabalho prévio de sensibilização, de apresentação, de levantamento e de identificação, por forma a que esteja tudo preparado para o seu arranque, previsto para o final deste ano ou princípio do próximo. O conjunto de iniciativas inclui a distribuição de informação pelos munícipes que disponham de quintais, com o objetivo de poderem aceder a equipamentos de compostagem, que lhes permitirá transformar os resíduos em fertilizantes. Estão previstos 7500 dispositivos destes e, se necessário, existe disponibilidade do Município para reforçar esse número, mostrando o seu empenho na promoção desta ação.

Ainda neste âmbito, referiu-se à **campanha de sensibilização para a utilização do espaço público** que será lançada, em paralelo, com a iniciativa anterior. Explicou que visava o uso correto dos contentores, a seleção dos vários tipos de lixos e a questão dos canídeos, tendo a duração prevista de três meses. Para apoiar a sua concretização, foi feita uma candidatura ao Fundo Ambiental. -----

Convergindo com estas iniciativas, informou que foram, finalmente, contratados dois fiscais municipais, culminando um longo procedimento concursal. Após a fase inicial de integração, espera-se que possam dar o seu contributo neste processo, não só ao nível pedagógico, como também, passada a fase de sensibilização, na atuação coerciva perante os incumpridores, sublinhando que a Câmara Municipal irá ter uma atitude séria, inflexível e empenhada na mudança de comportamento dos munícipes. -----

Quanto à **eventual “recusa” dos apoios comunitários**, suscitada pelo eleito **Nuno Pires**, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** considerou falsas as suas afirmações. Deu nota de que decorre um processo de descentralização, associado a um período transitório, que terminará em 2021, tornando-se, a partir desse ano, vinculativas as competências transferidas para as autarquias e entidades intermunicipais. Na sua implementação imediata, o “parecer geral” foi desfavorável, tendo a expectativa de que o processo de descentralização “nascido torto”, possa ter um caminho certo e mais correto. No seu entendimento, esse caminho passa pelo reconhecimento de que a descentralização, sem a criação de um poder intermédio, que é a regionalização, não faz qualquer sentido, isto é, um Estado centralista “descentraliza as tarefas, mas deixa as competências intactas”, tendo reforçado que se a discussão do assunto faz parte da “ordem do dia”, isso deve-se à posição tomada pelos autarcas neste processo, independentemente, das forças políticas que representam. -----

Em relação aos **fundos comunitários**, confirmou, novamente, a falsidade das afirmações, uma vez que foi feita a respetiva contratualização, no âmbito do INALENTEJO, vincando nada ter sido rejeitado, na base de um princípio político, válido, que não provém, somente, dos Presidentes das Câmaras Municipais de Benavente e de Alpiarça, mas, sim, duma atitude transversal à maioria dos autarcas. Rematou que, quando se iniciar o novo quadro comunitário de apoio, em 2021, se verá o que irá acontecer. -----

Por último, respondeu ao eleito **Nuno Pires**. Transmitiu que os serviços se encontram numa fase de adaptação face às determinações legais decorrentes da nova Lei de Proteção de Dados., procurando identificar a melhor solução para a sua aplicação. Se, anteriormente, a informação era disponibilizada sem qualquer condicionante, permitindo a partilha massiva dos dados pessoais de cada um, a legislação atual, veio alterar, de forma radical, todo esse conceito. Motivos, que considerou justificáveis para a demora na consulta aos processos, a que associou a eventual insuficiência de documentos necessários para aceder à informação pretendida. -----

Terminadas as intervenções, continuaram os trabalhos com a apreciação e votação de uma proposta de Saudação às datas comemorativas do “25 de Abril” e do “1º de Maio”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS e rececionada no próprio dia da sessão. Antes de dar a palavra aos elementos do Grupo Municipal do PS para procederem à leitura do documento, **a senhora Presidente da Assembleia Municipal** advertiu para a necessidade de ser dado cumprimento ao Regimento, no que diz respeito aos prazos de entrega de propostas de documentos, ou seja, até às 15.30 horas do dia anterior à realização da reunião. -----

A eleita **Leonor Dias** procedeu à leitura da **Saudação ao “25 de Abril” e ao “1º de Maio”**, que passou a constituir o **Documento nº 1**. -----

Não houve inscrições para a sua discussão, pelo que se passou de imediato à votação, tendo o **Documento nº 1** sido aprovado por unanimidade, constituindo o **anexo número um** à presente ata, da qual faz parte integrante. -----

Concluída esta fase dos trabalhos da reunião, passou-se ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2018 – Apreciação e votação, nos termos da alínea I), do número dois do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro: -----

Foi dada a palavra ao **senhor Presidente da Câmara Municipal** para contextualizar o Ponto. Deu conhecimento de ter sido positivo o **Resultado Líquido do Exercício**, no valor de **463.000,00€** (quatrocentos e sessenta e três mil euros). Em consequência, a Câmara Municipal propõe a afetação, para **reservas legais**, do valor de **23.195,22€** (vinte e três mil cento e noventa e cinco mil euros e vinte e dois cêntimos) e para o **património**, o valor de: **440.709,08€** (quatrocentos e quarenta mil setecentos e nove euros e oito cêntimos). -----

Realçou a **taxa de execução** na **Receita** de **92,49%** (noventa e dois vírgula quarenta e nove por cento) correspondente a cerca de **19.800.000,00 euros** (dezanove milhões e oitocentos mil euros), na **Despesa** de **78,39%** (setenta e oito vírgula trinta e nove por cento), correspondente a cerca de **16.686.524,64 euros** (dezasseis milhões seiscentos e oitenta e seis mil quinhentos e vinte e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos), valores que permitiram ao Executivo apresentar, no final do ano, um **saldo de 3.113.059,21 euros** (três milhões cento e treze mil cinquenta e nove euros e vinte e um cêntimos), e que refletem uma gestão equilibrada das contas do Município. -----

Salientou os valores dos níveis de **Poupança Corrente** obtidos, em cerca de **dois milhões de euros**, resultante do investimento realizado. Em relação a **2017**, há a considerar um **decréscimo nas Receitas**, fruto da diminuição da receita da Derrama e do IMT e um **ligeiro acréscimo da Despesa corrente** em cerca de **duzentos mil euros**, tendo por base, essencialmente, aquilo que resulta das medidas que foram sendo tomadas pelo Governo, decorrentes, nomeadamente, da restituição dos salários aos trabalhadores, quer seja pela via do aumento do salário mínimo, quer seja pela via das progressões nas carreiras ou, ainda, pela entrada de novos trabalhadores. No entanto, fez notar que este aumento de encargos foi controlado pela diminuição de outras rubricas da despesa corrente. -----

Face a estes resultados, salientou, novamente, a estabilidade financeira do Município, que lhe permite suportar a concretização, próxima, de um conjunto vasto de projetos programados, ao nível dos Fundos Comunitários, quer no PEDU, quer nos Pactos. Para além de outro tipo de intervenções com que se pretende avançar, através do recurso ao crédito bancário, “à boleia”

da elevada capacidade de endividamento da Câmara Municipal, praticamente, por esgotar. Cenário favorável, que abre boas perspectivas à concretização destas medidas estruturantes, até ao final do mandato, na expectativa de que irão afirmar o poder de investimento do Município, sustentado numa estratégia de desenvolvimento que conduza à melhoria da-qualidade de vida e ao futuro promissor das populações. -----

Para a discussão deste Ponto, inscreveram-se para usar da palavra, os seguintes eleitos: **Luís Raposo** e **Domingos David**. -----

A propósito do **Relatório do ROC-Revisor Oficial de Contas**, sobre os documentos de Prestação de Contas-2018, cujo parecer final aponta para que seja votado favoravelmente pela Assembleia Municipal, o eleito **Luís Raposo** insurgiu-se contra a orientação implícita no documento, por considerar que é ao órgão deliberativo que compete certificar a legalidade das Contas, como tal os seus eleitos devem votar da forma que entenderem, não tendo de “seguir pareceres de Sociedade de Revisores de Contas”. Solicitou que este reparo chegasse ao conhecimento do ROC. -----

Quanto ao eleito **Domingos David**, colocou duas questões ao Executivo: a **primeira**, qual o ponto de situação do processo de substituição das luminárias por lâmpadas LED e a previsão para a sua conclusão; a **segunda**, em que fase se encontram as empreitadas de execução das obras previstas no setor da reabilitação urbana. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões suscitadas pelos dois eleitos: - ao eleito **Luís Raposo** clarificou que a redação do documento é da responsabilidade de quem o elaborou, não o sendo da Câmara Municipal de Benavente. Compreende que a mensagem que se pretende transmitir é a de que, do ponto de vista técnico, as Contas do Município se encontram em condições de ser apreciadas e votadas. Ficou a nota, da qual irá dar conhecimento ao ROC, conforme o pretendido; -----

Ao eleito **Domingos David** esclareceu que, na altura da elaboração do Orçamento em vigor, havia um conjunto de verbas contratualizadas, mas não utilizadas, respeitantes à **eficiência energética**. -----

A aposta da Câmara Municipal incide na requalificação dos equipamentos eletromecânicos das piscinas municipais de Benavente e de Samora Correia, o que irá assegurar o seu normal funcionamento durante mais uns anos. Explicou que as candidaturas apresentadas tiveram, por parte da Entidade de Gestão, uma avaliação inicial diferente da que seria desejável, ou seja, a medida prevê um financiamento de 30%, a fundo perdido, para a eficiência energética em edifícios, permitindo que haja uma majoração até aos 50%, desde que seja reconhecido o mérito dessas intervenções e candidaturas. -----

A Câmara Municipal solicitou a reavaliação das candidaturas e, nessa sequência, a Unidade de Gestão confirmou o valor da comparticipação em limite máximo, próximo dos 50%. -----

Complementou que, do trabalho já desenvolvido pela EDP e pelo Município na substituição das luminárias, cerca de 4000 lâmpadas LED já foram colocadas, num universo de 7000. Como a verba ainda não se encontra completamente esgotada, no âmbito da CIMLT, o Executivo avançou com o pedido de reforço, de modo a poder concretizar a totalidade da operação. -----

Salientou que, em termos de redução de custos, já se conseguiram alcançar resultados que variam entre os 50 e os 60%, quer em termos de consumo, quer em termos económicos. -----

Adiantou, entretanto, que se a tal verba prevista não se vier a concretizar (cerca de um milhão de euros), o Executivo equaciona a possibilidade de recorrer ao crédito bancário para a conclusão do processo. -----

Relativamente ao **conjunto de empreitadas que a autarquia pretende lançar, o senhor Presidente da Câmara Municipal** informou que, em relação aos Pactos, o projeto de requalificação do Museu Municipal de Benavente encontra-se praticamente concluído, tendo a expectativa de que a respetiva candidatura seja sujeita a apreciação e votação do Executivo no próximo mês de maio. -----

Em idêntica situação, se encontram, praticamente, todos os outros projetos: em **Benavente**, as ciclovias, as praças, a construção de um parque de estacionamento e a Biblioteca Municipal; em **Samora Correia**, o Parque Rui Luís Gomes e a requalificação das praças no centro histórico, desde o Largo João Fernandes Pratas, Praça da República e o Largo 25 de Abril, bem como todas as ruas que fazem estas ligações. Será, igualmente, em maio que se prevê o lançamento destes concursos de empreitadas, de forma a terem o seu início no último trimestre de 2019, com conclusão prevista para o final de 2020, havendo a hipótese de alguns deles se arrastarem para o ano de 2021, face ao elevado número de obras previstas. -----

Finalizada a discussão deste Ponto, foram sujeitos a votação os DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2018, tendo sido aprovados por maioria, com treze votos a favor, sendo doze da CDU e um do PS e dez abstenções, sendo seis do PS e quatro do PSD. -----

PONTO 2 – INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONSTITUTIVOS DO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018 – Apreciação, nos termos da alínea I), do número dois do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro: ----

Concedida a palavra ao **senhor Presidente da Câmara Municipal**, referiu que, tal como indicado no parecer do ROC, do ponto de vista técnico, o documento encontra-se bem elaborado, pelo que se dispensou de o apresentar, afirmando não ter nada a acrescentar. -----

Não houve inscrições para a discussão do Ponto, pelo que a Assembleia Municipal tomou conhecimento do mesmo. -----

PONTO 3 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019 – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a), do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro: -----

Ao usar da palavra para contextualizar o assunto, **o senhor Presidente da Câmara Municipal** de Benavente referiu que a intenção do documento visa aumentar o valor do Orçamento em **3.056.066,21 euros**, o que irá alterar a sua dotação global para **22.223.544,21 euros**. Este valor, que resulta do **saldo da Conta de Gerência**, conforme recordou, irá permitir dotar um conjunto vasto de rubricas, que tinham ficado por definir no orçamento inicial. Dos investimentos previstos, ressaltou a aquisição de um autocarro, com uma dotação orçamental de **280.000,00 euros**, a par de um conjunto de intervenções, que considerou bastante significativas, em estradas e arruamentos municipais. Do ponto de vista estrutural, deu grande relevo a estas obras, dada a sua componente de mobilidade para o Município, de onde destacou **a Azinhaga do Contador, em Benavente**, como sendo uma via a necessitar de uma intervenção prioritária e urgente, tendo-se optado pela sua integral requalificação, dado que se trata de uma via fundamental, muito utilizada e paralela à estrada nacional. -----

Tem a expectativa de que, na próxima sessão de junho, possa ser submetida, a decisão do órgão deliberativo, uma proposta de financiamento para a execução destas empreitadas, orçadas em cerca de **2.500.000,00 euros**. -----

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal e não havendo inscrições para a discussão do Ponto, de imediato, passou-se à votação da **1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019**, tendo sido aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo doze de CDU, um do PS e quatro do PSD e seis abstenções do PS.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento: -----

Relativamente a este Ponto, **o senhor Presidente da Câmara Municipal** informou que não tinha nada a acrescentar ao conteúdo da informação disponibilizada, nos termos legais, aos eleitos da Assembleia Municipal. -----

Não se registaram inscrições para este Ponto, pelo que a **Assembleia Municipal tomou conhecimento da mesma.** -----

PONTO 5 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL –
Apreciação de uma informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro: -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal disponibilizou-se para as questões que os eleitos pretendessem colocar. -----

Inscreveram-se para intervir no debate, os seguintes eleitos: **Mário Pereira, Dora Morgado, Leonor Dias e Nuno Pires.** -----

Na sequência dos vários reparos feitos anteriormente, o eleito **Mário Pereira** deu os parabéns à equipa do **Relatório de Acompanhamento de Atividade da Câmara Municipal**, pelas melhorias evidenciadas, quer em termos de apresentação, quer ao nível da organização, imagem e grafismo. Porém, na parte da cultura, observou que as iniciativas mencionadas se cingem, praticamente, a Benavente, não referindo eventos em Samora Correia, os quais se limitam às atividades ligadas à Biblioteca Municipal Odete e Carlos Gaspar. -----

O centro cultural de Samora Correia não surge referenciado como espaço cultural, surgindo nas atividades apoiadas ou coorganizadas, tal como no caso do “Dia Mundial do Teatro”, num espetáculo promovido pela própria Câmara Municipal, não indicando, sequer, que foi realizado no centro cultural de Samora Correia. -----

No seu entendimento, o Município revela pouca preocupação em relação a todas as suas freguesias, o que se torna prejudicial em termos de organização e de solidariedade entre populações do mesmo concelho, levando a que alguma dessa população se sinta marginalizada. No que diz respeito às restantes três freguesias, Samora Correia, Santo Estevão e Barrosa, as duas últimas, sendo núcleos mais pequenos, também deveriam ter uma “particular atenção” por parte da Câmara Municipal, principalmente, em relação a este setor da cultura. -----

A eleita **Dora Morgado**, em **primeiro** lugar, informou que partilhava da opinião do eleito **Mário Pereira** relativamente às **melhorias verificadas no Relatório de Atividades** da Câmara Municipal. -----

Em **segundo** lugar indicou uma incorreção: - **na página quatro**, na apresentação da obra “Onde moram as coisas”, dedicada a todas as turmas do 5º ano do Agrupamento de Escolas de Samora

Correia, das seis sessões indicadas relativas à Escola Básica 2,3 João Fernandes Pratas, apenas, duas se concretizaram, por motivo de greve dos professores ou doença das respetivas dinamizadoras; -----

Em **terceiro** lugar, **na página seis**, saudou, em seu nome e no das professoras bibliotecárias do Agrupamento de Escolas de Benavente, o evento integrado na “Semana da Leitura”, que decorreu entre os dias 12 e 13 de março de 2019, em Benavente e Samora Correia. Considerou “excelente” o trabalho desempenhado pelo contador de histórias convidado, Jorge Serafim, assim como todo o trabalho realizado pelas bibliotecas municipais e pelas bibliotecas dos Agrupamentos de Escolas; - **a mesma página seis**, indica que o público envolvido, além do público em geral, foram todos os alunos de 2º e 3º ciclos dos dois Agrupamentos, quando, na realidade, foram, apenas, os alunos do 3º ciclo e secundário, ficando de “fora” os de Porto Alto.

A este propósito, aproveitou para deixar um reparo, relativamente aos **alunos da Escola Básica de Porto Alto**, que se encontra integrado no Agrupamento de Escolas de Samora Correia. Face àquilo que se tem vindo a passar, considera que os mesmos têm sido discriminados, em relação aos alunos do Agrupamento sede. Detalhou que, muitas das vezes, deixam de participar em atividades que têm lugar em Samora Correia, que dista apenas 3 Km de Porto Alto, por não ser possível a cedência de transporte para se deslocarem. No caso concreto da “semana da leitura” foi, precisamente, isso que aconteceu. -----

Para além deste caso, destacou outros: “não podem frequentar a Piscina Municipal, porque estão longe”; “não podem participar em atividades no Centro Cultural, sem pagar o transporte”. Deu o exemplo, recente, de uma peça de teatro no Centro Cultural de Samora Correia, onde, além do bilhete de entrada, que todos terão de pagar, 5,00€, os alunos do 8ºano de Porto Alto terão de pagar mais 5,00€, já que se teve de recorrer a uma empresa privada de transporte, por não ser possível a cedência de viatura municipal, sendo esse o valor custeado por cada um desses alunos. -----

Terminou, agradecendo, por um lado, a colaboração da Câmara Municipal na promoção da atividade fantástica, a que se referiu, mas, por outro lado, lamentando que os alunos de Porto Alto fossem penalizados, em determinadas ocasiões, como foi o caso, pelo “simples” facto de frequentarem uma escola que dista a escassa distância da sede do Agrupamento. -----

Quanto à eleita **Leonor Dias**, fez duas observações. A **primeira**, teve a ver com uma questão que se prende com o **setor de ambiente e limpeza**. No relatório de atividades é mencionado que foi feito o **controle de pragas diversas**, entre os meses de março e abril. Pessoalmente, nunca se apercebeu de qualquer mensagem ou aviso à população, com o objetivo das pessoas tomarem as devidas precauções, durante a efetivação desse tipo de serviços. Questionou se essa informação deixou de ser feita ou, então, não foi tão divulgada como nos anos anteriores. -----

A **segunda** observação, foi relativa a **obras municipais**. Citando o senhor Presidente da Câmara Municipal, quando anunciou que o troço urbano de Samora Correia iria ser repavimentado durante os meses de maio/junho próximos, aproveitou para questionar se a **Av. Egas Moniz** não iria ser, igualmente, repavimentada, alegando que se trata de uma via muito movimentada e que “tem buracos, que aumentam de tamanho diariamente”, necessitando urgentemente de intervenção. -----

O eleito **Nuno Pires** alertou a Câmara Municipal para que seja evitado o atraso verificado no ano anterior em relação ao **pagamento do valor das bolsas de estudo**, pois prejudica os alunos que carecem desse apoio. Quis saber, igualmente, em que situação se encontra o processo de revisão de determinados Regulamentos Municipais. -----

Terminadas as intervenções dos eleitos, **o senhor Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao eleito **Mário Pereira**. Crê que existe uma dinâmica muito forte e exigente, em termos de programação cultural, procurando que seja distribuída pelos vários lugares do Município. Solicitou ao senhor Vereador Hélio Justino que tomasse nota das observações feitas pelo eleito, sublinhando que Samora Correia dispõe da sua dinâmica própria, parecendo-lhe que seja tanta ou mais ainda do que a de Benavente. -----

Em relação aos reparos apontados pela eleita **Dora Morgado**, tomou boa nota dos mesmos. Acrescentou que a Câmara Municipal tenta, tanto quanto possível, que todos os alunos do Município tenham igual acesso àquilo que é a oferta diversificada de atividades do Município. Reconheceu, contudo, que, por vezes, essa intenção se revela impossível. -----

Relativamente às **ações de higiene pública**, colocadas pela eleita **Leonor Dias**, esclareceu que a intervenção municipal, no que concerne a **operações de desratização**, tem sido muito profunda e com uma periodicidade muito próxima. Este ano, a preocupação maior focaliza-se no **controle das baratas**, tendo os serviços de intervencionar cerca de 5 mil caixas de visita. -----

Explicou que, em termos de gestão ambiental, como cada vez são maiores as restrições ao uso de químicos, não podendo ser tão agressivos, estes animais são cada vez mais resistentes. Recentemente, deu-se o caso de que, logo a seguir a terem sido efetuados trabalhos de desbaratização, em Samora correia, se constatou que continuavam a proliferar grandes quantidades destes insetos, confirmando a sua tremenda capacidade de resistência. -----
No âmbito da CIMLT têm sido tomadas medidas para o seu eficaz controle. A Câmara Municipal tem mantido contactos com a empresa que faz esse serviço, no sentido de ser avaliada uma maior eficácia das medidas a aplicar. Complementou que, habitualmente, eram feitas quatro a cinco intervenções por ano, sendo que, atualmente, esse procedimento é feito de forma ininterrupta, mas, mesmo assim, não se consegue controlar, com a agravante de não se estar,

ainda, na pior época do ano para a sua proliferação (Verão). Garantiu, no entanto, que, até lá, o Executivo terá de tomar medidas mais eficazes para combater esses insetos rastejantes. -----

Quanto à **repavimentação da Av. Egas Moniz**, informou que a obra está prevista em plano de requalificações profundas, que inclui saneamento, passeios e pavimentos betuminosos, numa perspetiva mais correta de resolver a situação. -----

Às questões suscitadas pelo eleito **Nuno Pires, o senhor Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o **processo de atribuição de bolsas de estudo**, para o corrente ano letivo, se encontra a decorrer normalmente, estando em fase de audiência prévia dos candidatos, devendo ser submetido, brevemente, a decisão final do Executivo. Quanto aos **Regulamentos Municipais**, a serem objeto de revisão, transmitiu que pretende levar alguns deles a decisão do órgão deliberativo, na sessão do mês de junho, nomeadamente o relacionado com as Bolsas de Estudo. -----

Terminado o PERÍODO DA ORDEM DO DIA, a **senhora Presidente da Assembleia Municipal** anunciou a LEITURA DA MINUTA DA ATA, não tendo havido inscrições para a sua discussão, pelo que se passou, de imediato, à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade, constituindo o **anexo número dois** à presente ata, da qual faz parte integrante. -----

Nada mais havendo a tratar, a **senhora Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente sessão, pelas vinte e duas horas e vinte e cinco minutos, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na sessão subsequente, realizada no dia vinte e seis de junho de dois mil e dezanove, tendo sido aprovada por unanimidade, com algumas alterações incluídas, sendo a mesma rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica do Município, que a elaborei e subscrevi. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, -----

----- A Primeira Secretária da Mesa, -----

----- A Segunda Secretária da Mesa, -----

----- A Coordenadora técnica do Município -----

_____.